

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	13
PREFÁCIO	15
CAPÍTULO I	
APRESENTAÇÃO GERAL DO PROBLEMA.....	21
1.1. Identificação da matéria a ser discutida	21
1.2. Conceitos jurídicos envolvidos.....	22
1.3. Medicamentos de que não se falará	23
CAPÍTULO II	
IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO.....	25
2.1. Atualidade, relevância social e interesse doutrinário.....	25
2.2. Alguns aspectos que não serão objeto do trabalho, mas que convém não esquecer.....	26
CAPÍTULO III	
ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO	29
3.1. Existência de significativa uniformidade de sentido na produção doutrinária e jurisprudencial sobre o tema	29
3.2. Insistência no tema.....	30
3.3. Afastamento de linhas possíveis de abordagem do tema.....	30
3.4. Ênfase na dignidade da pessoa humana e no direito à proteção da vida e da saúde	31
3.5. Identificação inicial (e precária ainda) dos argumentos utilizados para embasar a orientação doutrinária e jurisprudencial questionada	32
CAPÍTULO IV	
ESTADO DE DIREITO.....	33
4.1. O Estado de Direito, ou melhor, o Estado de Direito Democrático e Social.....	33
4.2. Estado	35
4.3. De Direito	36
4.4. Democrático	38
4.5. E Social	41
4.6. Uma síntese: Estado de Direito Democrático e Social	42
4.7. Primeira pergunta.....	47

CAPÍTULO V

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	49
5.1. A ideia e sua disseminação no curso do século XX	49
5.2. Manejo do Princípio como meio de alargamento do poder judicial.....	50
5.3. Aplicação comedida do Princípio, adequada às preocupações antes referidas.....	54
5.4. Mais perguntas	57
5.5. Tentativa de compreensão jurídica do Princípio	57
5.6. A dignidade da pessoa humana como conceito relacional	66
5.7. Por uma visualização da dignidade apropriada aos direitos sociais	67
5.8. Dignidade da pessoa humana e Estado Democrático de Direito	69

CAPÍTULO VI

DIREITOS FUNDAMENTAIS	73
6.1. Gênese das diversas espécies.....	73
6.2. Plurifuncionalidade de todos os direitos fundamentais.....	74
6.3. Necessidade de diferenciação	76

CAPÍTULO VII

COLOCAÇÃO ESPECÍFICA DO PROBLEMA.....	77
7.1. Alguns dados de direito positivo quanto à organização do sistema	77
7.2. A imposição de uma política pública de saúde	80
7.3. O «SUS»	81
7.4. Norma constitucional sobre o financiamento dos serviços de saúde.....	82
7.5. Síntese dos argumentos utilizados para justificar a concessão judicial de medicamentos	83

CAPÍTULO VIII

A QUESTÃO DA EFICÁCIA

IMEDIATA DOS DIREITOS SOCIAIS	87
8.1. Normas constitucionais de direitos fundamentais sociais e sua eficácia	87
8.2. Perguntas a responder	88
8.3. Dissenso sobre o conteúdo do artigo 5º, § 1º, da Constituição Federal	89
8.4. Posição sobre a controvérsia antes referida.....	89

8.5. Irrelevância prática do posicionamento referido para a solução do problema.....	91
8.6. Os direitos fundamentais em geral são complexos	93
8.7. A falsa ideia de que a eficácia apenas se dá pela concessão do bem pretendido	94

CAPÍTULO IX

ALGUNS ASPECTOS DA DIGNIDADE

DA PESSOA HUMANA DESCONSIDERADOS	101
9.1 Igualdade e impossibilidade de extensão de igual assistência	101
9.2. Igualdade e impessoalidade	104
9.3. A concessão judicial como aprofundamento da desigualação social.....	106
9.4. Exclusão do «outro»	107
9.5. Absoluta desconsideração das necessidades dos terceiros e do direito de participação democrática	108
9.6. Determinações judiciais de fornecimento de medicamentos experimentais.....	111
9.7. Direito à proteção da saúde e uso de medicamentos.....	112
9.8. A manipulação do argumento do mínimo existencial	121

CAPÍTULO X

O PRINCÍPIO DA SOCIALIDADE

E O DESENHO DO DIREITO À PROTEÇÃO

DA SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.....	125
10.1. Os direitos sociais pressupõem repartição de meios escassos.....	125
10.2. Desconsideração de alguns aspectos específicos do direito à proteção da saúde no Brasil.....	129

CAPÍTULO XI

O CONTROLE JUDICIAL E O ESTADO

DE DIREITO DEMOCRÁTICO E SOCIAL

FACE AO PROBLEMA EM QUESTÃO	137
11.1. O Poder Judiciário como guardião dos direitos fundamentais	137
11.2. O Poder Judiciário e a definição de políticas públicas.....	138
11.3. Importância das regras de definição das prestações na área de saúde	141
11.4. Algumas importantes consequências do caráter antidemocrático das decisões concessivas de medicamentos	142
11.5. Ponderação como método alegadamente usado nas decisões concessivas	145

11.6. Impropriedade da invocação do método ponderativo ou da proporcionalidade	147
11.7. A impessoalidade como um dos objetivos do Estado de Direito.....	157
11.8. Prejuízos ao Poder Judiciário.....	159

CAPÍTULO XII

CONCLUSÕES – PERVERSA CARIDADE	163
---	------------

BIBLIOGRAFIA.....	165
--------------------------	------------